ATA Nº 2 – segunda sessão Ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Montalegre e Padroso, realizada no dia 25 de junho de 2026

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas, na vila de Montalegre e na sede da União das Freguesias de Montalegre e Padroso, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Montalegre e Padroso.

A sessão apresentou a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Período antes da Ordem do Dia.**

2. **Período da Ordem do dia:**

2.1 Atividade e Situação financeira da Freguesia;

3 Intervenção do Público.

Efetuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes todos os membros.

Registando-se quórum, a Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1. Período antes da Ordem do Dia;

A Senhora Presidente da Assembleia questionou os membros se alguém pretendia intervir.

Inscreveu-se para intervir o membro da Assembleia João Francisco Gaspar Pedreira que questionou se a reunião estava a ser gravada e que a sua intervenção se prendia com este assunto. Sugeriu fazer a gravação da Assembleia para se fazer a ata e enviar por email a quem devido, para depois, no início da sessão seguinte ser lida e assinada a ata da sessão anterior. Entrego um documento com a proposta de alteração ao regimento que segue em anexo – "PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO – Gravação das sessões, envio prévio e aprovação da ata na sessão seguinte".

Foi informado que as sessões já eram gravadas.

De seguida tomou a palavra o membro Sandra Batista que referiu que iria entregar outro documento para anexar à ata, nomeado "REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS – Documentos financeiros de abril e junho de 2026", este refere-se "à análise das contas e alguns pedidos de esclarecimentos" e solicitou também que o executivo enviasse resposta para "nós e para a presidente e nós analisamos".

2. Período da Ordem do dia:

2.1. Atividade e Situação financeira da Freguesia

A Senhora Presidente da Assembleia informou que o relatório da situação financeira da freguesia, relativo ao período de 01 de abril a 31 de maio, foi previamente enviado a todos os membros da Assembleia, acompanhado pelos respetivos documentos de Demonstração de Execução Orçamental de Receita e de Despesa.

Seguidamente, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia que iniciou a sua intervenção ressalvando que após análise dos documentos foi detetado que algumas rúbricas não estavam condizentes com os documentos enviados, tal facto deve-se à migração dos dados do programa + JUNTAS para o programa GESAUTARQUIA, e, por isso, entregou os documentos corrigidos aos presentes. De seguida, questionou a Assembleia sobre a necessidade de esclarecimentos adicionais.

Inscreveram-se para intervir os membros Sandra Batista e João Pedreira.

Sandra Batista referiu que alguns dos aspetos mencionados no documento que entregaram intitulado "REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS – Documentos financeiros de abril e junho de 2026", se prendia com estas questões. Referiu ainda que quando for assim que lhe enviem os documentos corrigidos logo que possível.

Esta atribuiu nota positiva à teleassistência para idosos e nota negativa à contratação da empresa do "Paulo de Santo André", dizendo que após análise não compreende os 400€ + IVA para esta rúbrica. Afirma ser competência da junta, mas quer evidências, quer saber se há valor/hora para entender a lógica, pois no seu "entender não há grande justificação para esta contratação", afirma que não está a "pôr em causa a legalidade da vossa escolha na contratação", mas a sua função é fiscalizar e irá executar esta tarefa com rigor.

Afirmou que entregará o documento "DECLARAÇÃO DA COLIGAÇÃO PSD/CDS- Sobre a Execução Orçamental e a Situação Financeira da Freguesia — jan a mai 2026" que deverá ser transcrito:

"À Mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montalegre e Padroso

No âmbito do ponto 2.1 da ordem do dia — Atividade e Situação Financeira da Freguesia —, os membros eleitos da coligação PSD/CDS apresentam a seguinte declaração escrita, para efeitos de registo em ata, sobre os documentos de execução orçamental do período de 1 de janeiro a 31 de maio de 2026 e o mapa de situação financeira de 1 de abril a 31 de maio de 2026.

1.Tomada de Conhecimento

A coligação PSD/CDS tomou conhecimento dos seguintes documentos apresentados nesta sessão:

• Mapa de Situação Financeira entre Assembleias (1 de abril a 31 de maio de 2026), com receitas de 27.194,83 € e despesas de 18.317,48 €.

• Demonstração da Execução Orçamental da Receita (1 de janeiro a 31 de maio de 2026), com receita cobrada total de 90.490,31 € (grau de execução: 42,38%).

• Demonstração da Execução Orçamental da Despesa (1 de janeiro a 31 de maio de 2026), com despesa paga de 49.292,37 € (grau de execução: 23,09% sobre a dotação corrigida de 213.508,67€).

Os valores foram verificados aritmeticamente e os totais apresentados nos documentos estão corretos. Não foram detetadas discrepâncias nos somatórios.

Nota positiva — Teleassistência para idosos

A coligação PSD/CDS regista com agrado que a Junta de Freguesia deliberou, em reunião extraordinária de 7 de abril de 2026, a abertura de procedimento de ajuste direto para a aquisição de serviços de teleassistência de apoio a idosos em situação de isolamento (UFMP/AD N.o 02/2025 — Tecnologias Imaginadas S.A., NIF 505175711), pelo valor estimado de 5.967,00 € (+ IVA), por 365 dias. Trata-se de uma iniciativa de genuíno interesse social e que vai ao encontro das necessidades da população da freguesia. O procedimento foi conduzido com o rigor que a lei exige — consulta preliminar ao mercado, fundamentação legal completa e rubrica orçamental identificada (02.02.18). Esta é a direção certa.

2. Posição da Coligação PSD/CDS

Sem prejuízo do reconhecimento de que a situação financeira geral é favorável — com receitas superiores às despesas e um saldo positivo de 41.197,94 € —, a coligação PSD/CDS manifesta preocupação com um conjunto de situações identificadas na análise dos documentos e que, no seu entender, requerem esclarecimento, correção ou deliberação formal por parte da assembleia.

Contexto financeiro — gestão 2025 e sustentabilidade 2026

A conta de gerência de 2025, aprovada pela Junta em 02/04/2026 e submetida a esta Assembleia, revela que a despesa de 2025 (242.218,42 €) foi superior à receita de 2025 (204.358,94 €) em 37.859,48 €. A freguesia não entrou em défice apenas porque dispunha de um saldo acumulado de gerências anteriores de 68.218,15 €, que ficou assim reduzido a 30.358,67 €. Em 2026, a este cenário de menor reserva de tesouraria acrescem compromissos correntes já assumidos: a avença com a Evidentemagia (~504 €/mês com IVA), a consultadoria da Lurdes Dias/Inovautarquia (valor mensal por apurar) e a teleassistência (~7.340 € anuais com IVA). A ausência total de execução do investimento de capital após cinco meses, num quadro de aumento das despesas correntes comprometidas, merece atenção e uma estratégia financeira clara da Junta para os meses restantes do ano.

Para efeitos de registo em ata, e em articulação com o Requerimento de Informação e Esclarecimentos entregue no período de antes da ordem do dia desta sessão, identificam-se os seguintes pontos:

2.1 Irregularidades com enquadramento legal

Ponto 1 — Alteração das descrições das rubricas 06.02.03.05.01, 06.02.03.05.02 e 06.02.03.05.03 face ao orçamento aprovado. Na rubrica 06.02.03.05.03, com 95,67% de execução, a despesa aparente é de natureza diferente da autorizada. → Irregular → Ver Req.

Ponto 2 — Aprovação da 1.ª Alteração Modificativa: a Junta deliberou em 1 de abril antes da Assembleia se reunir (20 de abril). Alterações modificativas são da competência exclusiva da Assembleia. → Verificar → Ver Req.

Ponto 3 — Página D1-D5 do orçamento de 2026 em falta no site oficial da freguesia, em violação do dever de publicidade (art.º 79.º da Lei n.º 73/2013). → Irregular → Ver Req.

2.2 Situações de alerta que requerem resposta

Ponto 4 — Zero execução do investimento em capital (D6 + D8): 56.002,00 € orçamentados (26,2% do orçamento) sem qualquer compromisso assumido após 5 meses de ano. Na prática, a Junta tem pago apenas despesas correntes, sem uma única obra iniciada, equipamento adquirido ou projeto em curso que demonstre aposta concreta na melhoria das condições de vida da população. Começa a ser crítica a ausência de ação na frente do investimento. → 0% exec. → Ver Req.

Ponto 5 — Seis rubricas com risco de insuficiência de dotação para os restantes 7 meses: Apoio Sénior (saldo de 28,13 €), Representação (50,00 €), Seguros AT (207,06 €), Outros Serviços, Consultadoria e Limpeza. → Urgente → Ver Req.

Ponto 6 — Transferências a instituições sem fins lucrativos (D4): 7.500,00 € previstos com 0% de execução. Sem identificação de destinatários ou calendário. → 0% exec. → Ver Req.

Ponto 7 — Transferências do Município de Montalegre: apenas 2.443,80 € recebidos de 31.500,00 € previstos (7,76%), sem justificação conhecida. → 7,76% → Ver Req.

Ponto 8 — Segurança Social de março paga em abril/maio, indiciando pagamento fora do prazo legal (dia 20 do mês seguinte — Lei n.º 110/2009). Risco de penalizações. → Mora? → Ver Req.

Ponto 9 — Consultadoria (rubrica 020214): 5.028,92 € pagos em jan-mai, mas apenas 615,00 € identificados nos destaques de abr-mai. Faltam 4.413,92 € sem qualquer discriminação. → Opaco → Ver Req.

Ponto 10 — Representação dos Serviços (rubrica 020211):
450,00 € pagos (90% da dotação anual) sem figurar em nenhum destaque de despesa. Sem qualquer informação sobre a natureza ou destinatário. → Opaco → Ver Req.

Ponto 11 — Contratação da Evidentemagia: 410 €/mês (+ IVA) em assessoria de comunicação digital, equivalente a 2,1% do orçamento anual, sem programa de comunicação aprovado nas GOP, sem consulta de mercado documentada e sem resultados apresentados à Assembleia. A ata de adjudicação (n.º 5/2026) tem datas contraditórias. Contrasta com o rigor demonstrado na contratação da teleassistência (ata n.º 7/2026), que incluiu consulta de mercado, fundamentação legal completa e identificação da rubrica orçamental. → Opaco → Ver Req.

3. Pedidos Formais

Com base na análise efetuada, a coligação PSD/CDS solicita formalmente:

• Que as respostas ao Requerimento de Informação e Esclarecimentos entregue no período de antes da ordem do dia desta sessão sejam prestadas por escrito no prazo de 30 dias, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 18.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, e remetidas por email a todos os subscritores e ao Presidente da Mesa.

• Que as respostas sejam apresentadas e discutidas como ponto autónomo da ordem do dia da 3.ª sessão ordinária de setembro de 2026.

• Que seja retificada e republicada imediatamente a documentação do orçamento de 2026 no site oficial da freguesia, com inclusão da página D1-D5 em falta.

• Que o executivo apresente, na sessão de setembro, um plano de execução detalhado para as dotações de capital (D6 + D8) com datas previstas para cada projeto, ou uma proposta de revisão orçamental modificativa.

• Que a presente declaração seja lida e transcrita integralmente na ata desta sessão.

Montalegre, 25 de junho de 2026"

O membro da Assembleia, João Gaspar Pedreira, agradeceu a explicação sobre as alterações das descrições das rubricas e referiu que com entrega do documento corrigido fica mais esclarecido, embora continue com algumas dúvidas sobre a execução. Questionou se a despesa foi para as cotas da ANAFRE ou se foi para outra rubrica que está designada como "Atividade Sénior". Também pediu à secretária, Elisabete, os documentos do orçamento aprovados e concluiu que no site faltavam as páginas com as rubricas da D1 a D5 e, por isso, pede para ser corrigido.

Sandra Batista pede que sejam definidos critérios para as transferências para associações sem fins lucrativos. Realçou que há várias rúbricas que têm taxa de execução com 90% e com outras com 0%, isto é motivo de preocupação, estamos cá para fiscalizar e quando olho para aqui "assusta-me um bocadinho". Quanto às transferências do município, questionou se existia algum plano de pagamento.

João Gaspar Pedreira realça ainda que há mais de 50.000€ em orçamento na rubrica de investimento e pouco executado. Estamos cá para fiscalizar, mas também para colaborar. Ressalva que será necessário fazer alterações orçamentais.

O membro Sandra Batista sugere que se faça um plano para a execução da limpeza dos caminhos e insiste que é necessário um plano de atividades para gerir o dinheiro público da junta, alegando que só assim poderão cooperar com o Executivo.

O Senhor Presidente esclareceu que sim, foram para as cotas da ANAFRE. Informou que não tem conhecimento sobre nenhum plano para as transferências do município, embora já tivessem recebido, há dois ou três dias, uma transferência deste.

O secretário Nuno Duarte informou que só agora é que se começaram a fazer as limpezas de caminhos, devido às condições meteorológicas desfavoráveis para a sua correta execução. Indicou que já foram limpos, entre outros, os seguintes caminhos: os caminhos que vai da ponte para armazém do Berto e do Germano e para armazém do Nuno e do Ferreira, o parque dos Casais das Veiga e o bairro, o regadio, as ruas e o cemitério em Padroso. Referiu que vão limpar o do

Francês, os Olhais. Referiu que já definiram os caminhos prioritários a limpar. Pediu que informassem se haveria mais algum a limpar. Acrescentou que no próximo ano a adjudicação será dividida por lotes e que irá a concurso, pois este ano está a fazer-se por ajuste direto.

O membro Germano Batista referiu que também se deveria limpar o do "Chideiro".

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Intervenção do Público.

Abriu-se o espaço para a intervenção do público presente, não se tendo verificado qualquer intervenção.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de ser lida e submetida a votação, será assinada nos termos da lei.

A Presidente da Assembleia

Sónia de Jesus Fernandes Gonçalves

(Sónia de Jesus Fernandes Gonçalves)

A 1.ª Secretária

Catarina Magalhães

(Germana Catarina Rodrigues Magalhães)

O 2º Secretário

José Monteiro

(José Domingos Monteiro)